

QUANTO MAIS LEIS, MELHOR? A ORDEM DO DISCURSO SOBRE A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO PARLAMENTAR

Paulo Eduardo Aranha de Sá Barreto Batista (CMJP)
pauloeduardobarreto@gmail.com

INTRODUÇÃO

“Produção da Câmara de João Pessoa cai 34%. Parlamentares da Capital apresentaram 2.865 matérias em 2012 contra 4.370 no ano passado” (RODRIGUES, 2012). Esse é o título e subtítulo de matéria publicada em um portal eletrônico de notícias e replicada por outros três. Na perspectiva da Análise de Discurso de tradição francesa, pretendo apresentar os rastros da construção, na esfera midiática, do discurso da cobrança pela produtividade quantitativa bem como o comportamento linguístico de enunciados que repercutem esse discurso. Não me interessa criticar/elogiar os parlamentares por terem produzido menos/mais matérias, mas me importa refletir de onde nasce esse critério para julgá-los segundo a quantidade de normas que aprovam ou de projetos que apresentam. Quero, neste texto, questionar por que esse critério aparece com mais frequência que outros, ou mesmo por que outros sequer aparecem. A noção de discurso como estrutura e acontecimento (PÊCHEUX, 2012) capaz de gerar uma ordem (FOUCAULT, 1999) é basilar para este trabalho e toma as duas primeiras seções do texto em que busco resumir o embasamento teórico antecipando algumas discussões acerca do objeto de estudo; na terceira, está a análise de duas matérias jornalísticas, que são recortes de um corpus com textos de temática semelhante os quais sempre circulam nos fins e começos de temporadas de coberturas políticas na Câmara Municipal de João Pessoa e fazem uma espécie de resumo das atividades do ano que termina e das perspectivas para a próxima temporada.

1. O ACONTECIMENTO E MATERIALIDADE LINGUÍSTICA

Enunciados podem nos remeter a um mesmo fato, mas não constroem as mesmas significações (cf. PÊCHEUX, 2012). Assim, o acontecimento é opaco, pois não temos acesso ao real, as verdades são efeitos de sentido, várias delas são ditas acerca de um acontecimento e muitas outras não são ditas. Em nosso corpus, temos matérias que fazem um balanço de fim de ano sobre o trabalho do Poder Legislativo, não há como determinar a “verdade real”, se o que se sabe oficialmente é o que é publicado, ou seja, a linguagem cria realidades.

No clássico exemplo de Pêcheux (2012) – *On a gagné*¹ – existe um fato: a vitória de François Mitterand sobre Valéry Giscard d'Estaing nas eleições presidenciais da França em 1981. A linguagem, porém, cria novas realidades questionáveis quando, semelhante a uma torcida de futebol, um grupo grita “Ganhamos”. A ausência, nesse enunciado, de identificação de quem ganhou leva a questionamentos sobre esse fato²: “A esquerda venceu?”, “Os comunistas venceram?”, “A coalização venceu?” Conhecemos, então, o acontecimento, através do enunciado, e eles estão entrelaçados. Assim, não se trata dos acontecimentos conforme a história tradicional, em que se considerava “o que era conhecido, o que era visível, o que era identificável diretamente” (FOUCAULT, 1972, p. 291), mas sim aquilo que se produz “como efeito de e em uma dispersão material” (FOUCAULT, 1999, p. 57).

¹ Traduzido como “Ganhamos” ou “Ganhou-se”.

² Mitterand era do PS (Partido Socialista). George Marchais, do PCF (Partido Comunista Francês) disputou e perdeu o primeiro turno.

De Nardi (2009) diz que existem diferenças entre as propostas de Pêcheux e de Foucault sobre a noção de acontecimento: pare este “[...] aparece em uma tensão entre a homogeneidade e descontinuidade, enquanto em Pêcheux o acontecimento é da ordem da ruptura” (DE NARDI, 2009, p. 74). Trago esta afirmação para ilustrar que a leitura que se tem de tal conceito não é propriamente consensual, porém não quero discutir questões epistemológicas, mas destacar que, nos trabalhos desses dois estudiosos do discurso, o acontecimento é tanto interdependente da materialidade quanto provocador de tensão, seja por quebrar a homogeneidade aparente, seja por romper uma ordem. Assim, deparamo-nos com um real com forma – no caso do *On a gagné*, com som e ritmo de gritos de estádio de futebol.

Conhecemos uma verdade através do linguístico. No exemplo de Pêcheux, a falta de preenchimento semântico da pró-forma *on* e a falta de complemento verbal são suficientes para uma série de indagações do tipo *quem ganhou o quê?* O enunciado viaja do espaço esportivo para o campo eleitoral, e, com tal característica sintática – o apagamento do agente – mistura “diversas posições militantes com a posição de participação passiva do espectador eleitoral, torcedor hesitante e cético até o último minuto ... em que o inimaginável acontece: o gol decisivo é marcado e o torcedor voa em apoio à vitória” (PÊCHEUX, 2012, p. 25).

Na manchete citada no início deste texto, não existe apagamento do agente, logo é explícito: Quem produziu menos? Resposta: A Câmara Municipal de João Pessoa (doravante CMJP), os parlamentares da capital. Produziram menos o quê? Resposta: matérias legislativas. Mais adiante analisaremos com detalhes, por ora, destaco aqui a transplantação deste enunciado, especialmente da expressão “produção cai”, que marca uma presença forte do discurso da economia, para ser mais específico, das práticas econômicas que “procuraram desde o século XVI fundamentar-se, racionalizar-se e justificar-se a partir de uma teoria das riquezas e da produção” (FOUCAULT, 1999, p.18) e culmina já no século XX com sistematização do saber em estudos como *engenharia da produção* e produtividade dos recursos humanos. O acontecimento é materializado não através de uma avaliação do tipo “Os parlamentares trabalharam mal” ou “Trabalharam pouco”, mas com dados, números que mostram a queda, tal qual acontece com a agricultura, por exemplo, quando se produz menos feijão, arroz, tomate, soja...

No campo da economia, a baixa produtividade é associada à incompetência, má administração, a não ser que haja um fator externo de grande repercussão. É fato, sim, os vereadores terem apresentado menos matérias em 2012 que em 2011, mas não é fato a sua associação à incompetência, algo que, conforme será apresentado na análise, não é dito explicitamente, mas sugerido. Isso ocorre pela transplantação do enunciado – do campo da economia para o campo da política –, sobretudo do termo “produção”. Ao aparecer esta materialidade – e não outra – ocorre um silenciamento de atribuições que poderiam servir para falar do trabalho de um parlamentar: a fiscalização dos atos do Poder Executivo e o encaminhamento de propostas não necessariamente legislativas, por exemplo.

Essa nova realidade é engendrada pela linguagem, pois enunciados do tipo “produção legislativa caiu” ou “queda na produção legislativa” cooperam para isso. O questionamento que faço é se tal queda – ou subida – significaria um desempenho ruim ou bom. Tais enunciados direcionam a resposta para um *sim*. Minha tarefa de analista é a de desconfiar dessa obviedade e apresentar que ela é sustentada pela aparição deste enunciado, considerando que fatores históricos que também deixaram marcas linguísticas contribuem para tal interpretação e possuem comportamento semelhante. Vejamos o caso do nome do Poder em questão: “Legislativo”. Se fosse “Poder Fiscalizador” ou “Poder Representativo”, os acontecimentos poderiam ser outros, já que a ação de produzir leis não seria mencionada diretamente. Além disso, a existência dos conhecidos “Tribunais de Contas” (TC's), presentes na memória de quem acompanha política, trabalha na administração pública ou lhe presta

serviços, contribui para um apagamento da função fiscalizadora do Poder Legislativo e simultaneamente para uma desconsideração de que os TC's constituem também o Poder Legislativo, apesar da palavra “tribunal”³.

O enunciado, assim como o acontecimento, é marcado pelo equívoco, ou seja, o “on a gagné” das ruas em 10 de maio de 1981 – com o devido ritmo e musicalidade das torcidas de futebol – não possui forma, conteúdo nem estrutura enunciativa de *slogans* políticos, conforme diz Pêcheux (2012). Essa viagem dos enunciados entre domínios diferentes torna-os mais cheios de equivocidade, mas existe uma *vontade de verdade* – sobre a qual logo falarei – que tende a formar uma ordem, que, por vezes, chega à acomodação discursiva. Na manchete apresentada, o objeto “matérias legislativas” é lançado como um produto gerador de riqueza, possível de mensurar. Chamo atenção que o termo “produção” é corrente na academia, sobretudo no ensino da escrita, em que os estudiosos falam “produção textual”, porém não vemos por aí enunciados como “a produção textual caiu X%” nem preocupação das autoridades do Ministério da Educação ou dos pesquisadores se os alunos brasileiros *produzirem* menos textos em um ano em relação a outro.

Segundo Pêcheux (2012, p. 27), existem duas tentações às quais o enunciado se submete: 1) A de negar o equívoco: Sim ou não? A CMJP foi menos produtiva? Se sim, o que se deve fazer para melhorar? O que cobrar? 2) A de negar o próprio acontecimento: A CMJP produziu menos matérias em 2012? Vereadores trabalharam menos?

Desse modo, o acontecimento é atravessado pela língua, por ela constituído e, simultaneamente, opacificado. O enunciado é a estrutura com vida histórica, possui três características básicas, sendo a última, seu diferencial: 1) conteúdo; 2) forma; 3) função enunciativa⁴. As duas primeiras estão presentes em diversas teorias linguísticas e não são – ou não deveriam ser – esquecidas por quem analisa discursos. A terceira trata do atravessamento histórico, de dar vida ao primeiro par, função enunciativa é o fato de o enunciado “ser produzido por um sujeito em um lugar institucional, determinado por regras sócio-históricas que definem e possibilitam que ele seja enunciado” (GREGOLIN, 2006, p. 89).

2. DISCURSO, ORDEM E NATURALIZAÇÃO

Separei as duas seções anteriores apenas para destacar aquilo que é o objeto com o qual trabalho. Assim, discurso é prática social, com envolvimento histórico e linguístico; é acontecimento apresentado com estrutura. Seria, então, o discurso o mesmo que enunciado? Não, embora sejam noções correlatas.

O enunciado é a unidade mínima do discurso (cf. FOUCAULT, 1969), este não é um texto ou uma frase, que são unidades aparentemente concretas, mas sim processo simultâneo de surgimento e recepção de efeitos de sentido, realizado por sujeitos histórico-sociais – ocupantes de papéis – por meio da materialidade da linguagem. Ele tanto está disperso em vários textos quanto um texto pode abrigar mais de um. O texto é, então, a materialidade do discurso (cf. ORLANDI, 2001).

As *formações discursivas* (cf. FOUCAULT, 1969) constituem domínios sociais capazes, de certo modo, de reunir um grupo de enunciados para compor um discurso. No entanto, este não nasce homogêneo, ele surge em contato com o seu diferente. Assim, o

³ A noção de que os tribunais de contas compõem o Poder Legislativo não é unânime. É dominante que não fazem parte do Poder Judiciário, apesar de *julgar* contas. O próprio sítio do Tribunal de Contas da União fala sobre isso: [http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/ouvidoria/perguntas_frequentes/ autonomia_vinculacao](http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/ouvidoria/perguntas_frequentes/autonomia_vinculacao)

⁴ Pêcheux (2012) chama de “estrutura enunciativa”.

discurso é *interdiscurso*, pois não há uma barreira intransponível entre uma formação discursiva e outra.

Não trato, pois, do sujeito falante, tampouco do sujeito da sintaxe. Falo de uma instância do discurso que é constituída por diferentes vozes sociais, marcado, portanto, pela heterogeneidade. Considero, então, que a voz desse sujeito vem de – e marca – um lugar social. “Trata-se de um sujeito não fundamentado em uma individualidade [...], e sim de um sujeito que tem existência em um espaço social e ideológico” (FERNANDES, 2007).

Considero que alguns discursos – acontecimento e materialidade – tendem a circular mais que outros e, por vezes, naturalizar-se ao ponto de serem considerados não mais efeitos de sentido, mas *verdade*. O discurso naturalizado é “aquele que circula sempre sob o modo do discurso verdadeiro, ou daquilo que se deve saber como verdade, apresentado ora como um dizer anônimo, ora como um discurso de autoridade” (SOUSA, 2009, p. 2267). Tal conceito é formulado à luz do que Foucault (1999) chama de *ordem*, que neste caso específico, impõe-se por uma *vontade de verdade*.

Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1999) trata dos três procedimentos de controle aos quais um discurso é submetido: a) os externos, de exclusão; b) os internos, de sujeição; c) os de rarefação dos sujeitos que falam. Entre os primeiros, também existem três: a’) a proibição; a’’) a segregação; a’’’) a vontade de verdade. No caso do último, o autor expõe este conceito vinculado a uma *vontade de saber*, mais especificamente do saber que se propõe a ser ciência, e não de qualquer saber. Assim, as verdades de que Foucault fala se refeririam, segundo Possenti (2009) àquelas que “são produzidas segundo regimes discursivos especiais, os dos saberes ou os das ciências” (p.173). A oposição do verdadeiro e do falso é um procedimento de controle interno do discurso o qual retoma os outros dois, por sua própria conta, para, ao mesmo tempo, modificá-los e fundamentá-los. Foucault diz que, no interior de um discurso, não há arbitrariedade nem violência na separação entre o verdadeiro e o falso. “Mas se nos situamos em uma escala diferente [...], o tipo de separação que rege a nossa vontade de saber, então pode ser algo como um sistema [...] de exclusão, que vemos emergir” (FOUCAULT, 1999, p.14).

Desse modo, a construção da verdade é um sistema histórico de exclusão, que, em seu fazer-se, acolhe a uns e interdita outros. O “discurso verdadeiro” é respeitado inicialmente porque a ele era preciso estar submetido, já que era pronunciado por quem tinha o direito de dizê-lo e, além disso, contribuía para sua realização. Em seu exemplo sobre o caminho do discurso verdadeiro presente na poesia grega do século VI, o autor explica que, após um século “a verdade já não residia mais no que *era* o discurso, ou no que ele *fazia*, mas residia no que ele *dizia*” (FOUCAULT, 1999, p.15)

A verdade, que antes estava na referência, no ato ritualizado, desloca-se para o próprio enunciado, ou seja, para a materialidade linguística relacionada com a referência. Não é mais necessária, então, a condição de poder dada a quem pronuncia o tal discurso verdadeiro, pois a autoridade também é deslocada para o enunciado. Desse modo, os discursos ditos verdadeiros são formados historicamente e são possíveis devido a nossa *vontade de verdade*, que advém de uma *vontade de saber*. Aquela, “como os outros sistemas, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto de práticas [...]” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Mas, a vontade de verdade pode mudar, Foucault nos exemplifica com as grandes mutações científicas do século XIX – caso de Mendel, cujas descobertas não se enquadraram no verdadeiro da época, mas depois foram aceitas – e também com o sistema penal, que primeiramente buscou suporte em uma teoria do direito, mas, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, psiquiátrico. Esse procedimento é, entre os três grandes sistemas de exclusão o que se torna, cada vez mais, profundo e incontornável. Fala-se menos dessa *vontade*, geralmente, porque ela é mascarada pela própria *verdade*.

A pergunta que faço é: a avaliação do trabalho parlamentar a partir do levantamento quantitativo das matérias legislativas constituiria um *saber* nos termos foucaultianos? A princípio, não, mas o ofício do parlamentar, sim, institucionalizado, gravado em leis⁵, as que estão em vigência e as revogadas, mas que construíram um saber sobre a democracia, sobre os modos de governar, que não estão registrados apenas textos legais, mas em práticas concretas.

Regularidades, portanto, são geradas, uma ordem é inscrita historicamente, a própria noção de ruptura depende da noção daquela, afinal rompê-la não seria criar uma nova ordem? A vontade de verdade faz com que certos discursos sejam tomados como a própria verdade: é o caso, por exemplo, do “Quem não lê, mal fala, mal ouve e mal vê”, analisado por Sousa (2009), o qual é um dizer naturalizado sobre a leitura, em que esta seria a chave de acesso ao bem falar, bem ouvir e bem ver, como se ler fosse garantia de um futuro promissor. No caso da manchete que apresentei, existe a vontade do “quanto mais leis, melhor”, logo, “quanto menos, pior”. Tal enunciado, ao aparecer no término de um ano, em textos jornalísticos, reforça uma das atribuições do vereador – em questões apenas quantitativas e não qualitativas – contribui para o foco na cobrança pela apresentação e aprovação de leis.

Assim, um discurso se naturaliza e passa a ser tomado como “verdade”, seu sentido não é inserido depois, de maneira instrumental, mas se constrói com ele. Curioso é que existem fatos que contradizem essa verdade, os quais, em tese, até a derrubariam, porém não são capazes disso e conseqüentemente não derrubam o discurso. Por exemplo, retomando o objeto do trabalho de Sousa (2009), se *ler* fosse tudo isso, por que os professores de leitura não constituem uma profissão de alto *status* na mesma sociedade que faz circular aquele dizer? Já em relação ao exemplo que eu trouxe, questiono: se é tão importante aumentar a produção de leis, então, por que não se fala de cada uma delas, sobre em que contribuem para a sociedade? Seriam as leis a solução para todos os problemas de uma cidade?

3. ANÁLISE

Na análise que farei, debruço-me sobre duas matérias jornalísticas em que apresento enunciados que explicitam o discurso da cobrança pela larga produção de leis. Elas compõem um *corpus* de textos da imprensa sobre o Poder Legislativo Municipal de João Pessoa. O recorte temporal diz respeito ao período de janeiro e dezembro de 2012, exatamente no período de inicial e final de temporada de trabalho, ou seja, que marca uma espécie de balanço das atividades e apresenta perspectivas para o ano que inicia. Os textos foram inicialmente publicados no Portal Correio, mas o mesmo conteúdo circulou por outras páginas e blogs *ipsis litteris* ao original.

Considero que esses dois textos inserem-se em uma cadeia ininterrupta e dispersa, faço, então, um recorte com o intuito de explicitar os sujeitos que assumem a voz desse discurso recorrente, tanto que, ao término deste artigo, apresentarei apenas o título de outras matérias jornalísticas que sucedem e antecedem o grupo que separei para análise.

Meu foco serão os títulos, mas, para tanto, tenho de considerar o que é ratificado no corpo do texto e o que é apresentado como desenrolar do discurso de cobrança pela produção. Em cada um dos textos, percorrerei o seguinte caminho: descrição e análise das características do enunciado – a forma, o conteúdo e a função enunciativa; posteriormente, da relação entre materialidade linguística e acontecimento. Ao término, explicitarei as marcas da ordem que amarra esse discurso.

⁵ No caso do vereador brasileiro, no Regimento Interno da Câmara, que está de acordo com a Lei Orgânica do Município, que, por sua vez, condiz com a Constituição Federal.

3.1. “65% das matérias da Câmara de JP são irrelevantes”

O texto 1, publicado em 08 de janeiro de 2012, tem como título o enunciado acima citado. A materialidade aqui está exposta, a especificidade de seu conteúdo é explicitado no decorrer do texto: “Das 2.597 propostas, os parlamentares aproveitaram o ano de 2011 apresentando 1.692 homenagens, batismos, sessões solenes, entre outras matérias irrelevantes para a população da Capital” (PORTAL CORREIO, 2012)

Esse texto informa o resultado de uma pesquisa feita por uma ONG sobre a quantidade de matérias legislativas apresentadas na CMJP durante o ano de 2011. São apresentados os números de alguns vereadores, com destaque para os que mais apresentaram matérias tanto de modo geral quanto as consideradas sem importância. Início a análise, então, com foco nas duas primeiras características do enunciado: forma e conteúdo, embora seja inevitável tecer e antecipar comentários sobre a terceira.

O título apresenta logo um numeral, categoria da língua que se apresenta com função enunciativa – já me antecipei – de comprovação, ou seja, os sujeitos – tanto o que ocupa a posição de enunciador quanto a de enunciatário – tendem a aceitar o dado como verdade incontestável. Não há espaço para dúvida, como existiria se fosse “Muitas matérias da CMJP são irrelevantes”, pois a quantificação em percentual, superando a metade do total, não deixa brechas. No decorrer do texto, os números são retomados, e os dados estratificados.

A expressão “matérias da Câmara de JP”, conforme explicação apresentada no texto, não diz respeito a matérias jornalísticas, mas a matérias legislativas, não necessariamente projetos de lei, mas proposições⁶ que os vereadores apresentam para serem apreciadas.

Há um adjetivo de cunho subjetivo e axiológico, “irrelevantes”, cujo julgamento de valor não é necessariamente compartilhado socialmente, mas é assumido pelo sujeito que ocupa o lugar de quem quer dizer tal enunciado. É diferente dos qualificadores⁷ objetivos, em que ocorre uma disjunção exclusiva, ou seja, ou é ou não é, (como “redondo”, “quadrado”, “vivo”, “morto”...) ou dos subjetivos não-axiológicos, em que o julgamento de valor é feito com base em um padrão social (Ex.: “Livro fino ou grosso”, “Homem alto ou baixo”, “Dia quente ou frio”). Os axiológicos possuem grau de subjetividade elevado, e consequentemente, polêmico. O exemplo mais representativo é a oposição “bom” e “mau”, que, de certa forma, é recuperada pelo par “relevante”/ “irrelevante”.

A incompletude do título começa a ser preenchida no corpo do texto. Se no início, cabe a dúvida: que são “matérias irrelevantes”? No trecho que destacamos, inicia-se a descrição, retomada com mais detalhes: “homenagens a pessoas e instituições; batismos de logradouros, salas, etc; simbologia; cidades-símbolo; cidades-irmãs; pedidos de convocação de sessões solenes e especiais para comemorações e homenagens; datas comemorativas e criação de honrarias” (PORTAL CORREIO, 2012).

Passo a discutir, então, especificamente a função enunciativa do texto, a qual é depreendida resumidamente no título. Os sujeitos discursivos que assumem a voz desse dizer são o jornalista político, o cidadão fiscalizador organizado e o cidadão comum, logo não exatamente uma pessoa que assina o texto.

O cidadão fiscalizador organizado passa a sê-lo por certas razões, destaco duas mais latentes: 1) por conta de verdades que circulam sobre os parlamentares e leis: “Político ganha muito e trabalha pouco”, “As leis não valem de nada”; 2) pelo engajamento, pela noção –

⁶ O Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), ferramenta de busca do Portal da CMJP (www.cmjp.pb.gov.br) apresenta doze tipos, nove das quais são de competência do Poder Legislativo.

⁷ Proposta baseada em Kerbrat-Orecchioni (1980), que usei em trabalho para analisar como os elementos linguísticos que circundam o discurso relatado operam para apreciá-lo (BATISTA, 2009).

científica ou não – de “controle social”⁸ da coisa pública. Desse modo, o cidadão, incomodado, precisa de meios para avaliar o trabalho de uma casa legislativa, pois o dinheiro público é injetado lá dentro e, na lógica do capital, não se podem desperdiçar recursos.

O jornalista tem o papel social de destacar fatos. Imprensa é utilidade pública, é uma instituição que, no trato da coisa pública, faz emergir denúncias do que julga estar errado. O dizer assumido é o da denúncia. O foco no lado negativo é tão grande que fica silenciada a informação de quem é o(a) vereador(a) que mais apresenta matérias relevantes ou o(a) que menos apresenta as chamadas irrelevantes.

O cidadão comum é o sujeito que constrói esse efeito de sentido negativo sobre o parlamentar, pois a ele é destinada a informação e, antes de assumir um dos dois outros papéis, tanto o jornalista quanto o fiscalizador organizado são também cidadãos.

A materialidade linguística, então, engendra o acontecimento, de modo que o balanço das atividades parlamentares fica restrito à quantidade de matérias apresentadas classificadas como “relevantes”. O lado polêmico e contraditório até é apresentado no texto, as perguntas que poderiam ser feitas, do tipo: “mas é isso mesmo que importa?”, “não existem outras coisas para o vereador fazer?”, são respondidas através da citação de um sujeito falante específico e identificado – o vereador que mais apresentou matérias irrelevantes. Trata-se de uma voz de volume muito baixo por dois motivos: primeiramente porque, após apresentar outros tipos de atividades e de questionar o critério, “Dizer o que é relevante ou não também pode pecar por ser um pouco simplista.” (PORTAL CORREIO, 2012), afirma algo bastante vago, “[...] temos a consciência que temos feito uma atividade atuante, na defesa do mandato e na defesa dos interesses da população de João Pessoa” (PORTAL CORREIO, 2012). Além disso, a continuidade do texto reafirma fortemente o discurso da avaliação com base na quantidade de matérias, ou seja, logo após o relato, vem uma seção intitulada “Parlamentares com mais ações” e os dois parágrafos que seguem tratam apenas de dados sobre quem mais apresentou proposições, sem qualquer alusão a outro tipo de atividade. Assim, a palavra “ação” tem seu significado limitado à apresentação de matérias legislativas, logo qualquer outra atribuição parlamentar – inclusive aquelas elencadas no discurso relatado – ficam de fora.

Com efeito, deparamo-nos com o real da língua (“65% das matérias da Câmara de JP são irrelevantes”; “Parlamentares com mais ações [...] foi o segundo que mais apresentou matérias [...] foi o quarto [...]”) e com um acontecimento: os vereadores da CMJP tiveram 65% de ações irrelevantes em 2011. O numeral se acomoda discursivamente, por seu caráter de prova matemática da verdade.

3.2 “Produção da Câmara de João Pessoa cai 34%”.

O segundo texto é aquele cujo título e subtítulo apresentei no início deste artigo: “Produção da Câmara de João Pessoa cai 34%. Parlamentares da Capital apresentaram 2.865 matérias em 2012 contra 4.370 no ano passado” (RODRIGUES, 2012). Trata-se de matéria jornalística do Portal Correio, mas também reproduzida em outros três, além de haver referência de que a jornalista – não sujeito discurso, mas pragmático – é de outro veículo, o *Jornal da Paraíba*⁹. Assim, o texto circulou em, pelos menos, quatro portais diferentes. Tal qual o texto 1, é lançada no fim do ano – 25 de dezembro de 2012 –, faz um balanço – ainda

⁸ Falo aqui da modalidade de fiscalização que existe ao lado do controle interno e controle externo. Controle Social é a que é exercida pela sociedade civil, segundo vários estudiosos da Administração Pública, por exemplo Silva (2002) e Siraque (2009).

⁹ Portais *PB Agora*, *Passsei Aki* e *Interjornal*. Não obtive acesso à publicação no *Jornal da Paraíba*, na internet, por ser área exclusiva de assinantes.

não definitivo, pois faltava uma semana – das atividades dos vereadores, reduzindo-as à apresentação de matérias legislativas.

A sequência do texto é a estratificação dos dados: quem apresentou mais (e menos), quanto cada um apresentou, que espécie de matéria foi apresentada. A forma “Produção da Câmara de João Pessoa” está inserida na ordem discursiva que a associa ao fazer projetos, interpretação que é confirmada logo em sequência. Já no sintagma verbal “cai 34%”, tem-se novamente a presença do numeral, como complemento de um verbo que faz surgir um efeito de julgamento negativo. No subtítulo, os numerais aparecem como constatação do fato. Curiosamente, surge um novo dado sobre o número de projetos de lei do ano de 2011, agora nem 2.597 (duas mil quinhentos e noventa e sete) nem 12.000 (doze mil), mas 4.370 (quatro mil trezentos e setenta).

Antes de falar da relação da materialidade com a história, destaco que existe um trecho que ensaia contradizer o discurso recorrente, é citação da fala do Presidente da CMJP. Nela, há o discurso de valorização da produtividade de leis, quando aponta a quantidade de projetos a serem votados nas últimas sessões e quando diz que a “queda não foi significativa”, usando argumento semelhante ao texto 1: o de que, em ano eleitoral, a quantidade de leis apresentadas tende a diminuir. Em seguida, emerge sutilmente o discurso da avaliação qualitativa das proposições e é mencionada uma realização, mas não se fala propriamente de outras atribuições concernentes a um vereador: “Apresentamos bons requerimentos, projetos de lei e inauguramos serviços, como a TV Câmara em canal aberto. Foi um ano bastante positivo”. (RODRIGUES, 2012). A citação é antecedida e sucedida pela apresentação de dados comprovantes do que fora anunciado no título e ela própria é concordante com o discurso da produtividade.

O discurso da avaliação pela produtividade de projetos também é acomodado mais facilmente por causa da precisão da categoria numeral, isso ocorre porque “o sujeito pragmático [...] tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica” (PÊCHEUX, 2012, p.33). Isso está presente nas práticas rotineiras e nas decisões “mais importantes”: o agendamento, a lista de compras, as prateleiras do guarda-roupa; ter um emprego de tal tipo, em X anos ter um filho, em Y anos conhecer algum lugar do mundo etc. Assim, a sociedade busca uma normalidade lógica, uma homogeneidade necessária, uma organização estrutural.

Pêcheux (2012) usa como exemplo o Estado, que é a instituição organizadora de tudo isso, responsável para oferecer ao indivíduo a “felicidade” de que este precisa, logo se torna mister desenvolver técnicas de gestão, controle e padronização social, que vão sendo construídas e arraigadas em um percurso histórico: “a noção de família”; “controle de natalidade”; “(des)criminalização (legal) de atos”. Tomando nosso *corpus* como exemplo, concluímos que há uma necessidade de sistematizar a avaliação que se faz sobre um parlamentar – ou sobre vários – com uma lógica que vem do espaço discursivo dos setores da economia e consegue se naturalizar também com o apoio da categoria numeral.

3.3 O Sistema discursivo

Passo, então, a falar sobre a ordem existente nesse discurso, a qual não é criada aqui, mas já existe e gera tanto o acontecimento quanto a materialidade. A *vontade de saber* que está amplamente em voga em nossa sociedade no que diz respeito ao Poder Legislativo Municipal silencia algumas atribuições do vereador e é diferente da que circula em alguns meios acadêmicos de pesquisa sobre a administração pública¹⁰, os quais falam de várias funções a serem exercidas.

¹⁰ Destaco os diversos trabalhos dos pesquisadores da ENAP (Escola Nacional de Administração Pública) e sobretudo daqueles das instituições filiadas à ABEL (Associação Brasileira de Escolas do Legislativo e de

Não há um consenso entre as atribuições do parlamentar, mas duas se destacam e se repetem, entre estudiosos como Lenza (2006) e Moraes (2008): a legislativa e a fiscalizadora, sobretudo, por constarem explicitamente nos artigos 48 e 70 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) – e no caso de CMJP, na Lei Orgânica Municipal (JOÃO PESSOA, 1990) – como funções típicas. A representativa não é explícita nesses autores, mas deduzida pelo fato de serem os parlamentares representantes que falam em nome do povo. Especificamente sobre o vereador, Ribeiro (2012) chega a destacar nove¹¹ atribuições. Esse trabalho foi publicado pelo Interlegis, programa do Senado Federal que visa a integrar as casas legislativas do Brasil, promovendo rede de conhecimento, logo se trata de um saber institucionalizado que é divulgado não como *sociedades de saber*, mas como *doutrina* (cf. FOUCAULT, 1999).

A função legislativa é a que é marcada no próprio nome do Poder, mas atento para o seguinte: de um lado, nas instituições escolares específicas da administração pública e nos livros doutrinários de Direito Constitucional não só circulam pesquisas sobre as funções fiscalizadora e representativa, como também surgem reflexões e deduções de que existem mais; por outro, observo que a imprensa e as ONGs que acompanham os parlamentos, por exemplo, insistem bastante na cobrança pela quantidade de matérias apresentadas, na classificação do que é importante e do que não é, na contagem de dias em que não há quórum para deliberar, no percentual de faltas de determinados parlamentares. De forma alguma, quero julgar que agem mal ao exercer tal papel, pois meu objetivo aqui é o de explicitar que, quando um enunciado aparece – e não outro –, traz consigo um acontecimento, gerando um efeito de sentido que parece ser o verdadeiro.

O discurso é, então, ordenado por um sistema, que é regularidade, mas não regra; direção, e não norma, que *nos atravessa e nos sustenta*, que existe sempre antes do novo, mas que nem por isso é imutável (cf. DE NARDI, 2009). Assim, um discurso se naturaliza e passa a ser tomado como “verdade”, seu sentido não é inserido depois de maneira instrumental, mas se constrói com ele. Como disse Foucault em entrevista, “O sistema é, na verdade, sempre, inconsciente” (COELHO, 1967, p. 46), não é criado consciente e pragmaticamente, mas pré-constitutivo à significação. Através dela, o sistema se apresenta aos poucos via fragmentos, que não são iguais a trechos de texto, mas cada um deste, cada prática social, pode ser um fragmento que perpetua o sistema.

Na viagem do discurso da produtividade econômica industrial para o político contemporâneo, o sujeito *parlamentar* é, então, cobrado como o *operário* industrial. O caráter comprobatório e verificador da categoria numeral, atrelado à função típica mais conhecida – e materializada no nome do poder – favorecem a primazia de um critério quantitativo de projetos de leis.

CONCLUSÃO

As atribuições do vereador ficam, portanto, restritas às matérias. A noção de que o discurso é prática fica mais evidente ao refletir sobre o impacto disso no cotidiano de trabalho do Poder Legislativo: o foco na produção de matérias, a cobrança por quantidade, à semelhança de uma indústria em linha de montagem.

Para cumprir com o que eu disse na explicação do método e recorte de *corpus*, eis mais alguns títulos de matérias sobre o Poder Legislativo Municipal: “34% dos projetos apresentados na CMJP em 2012 foram irrelevantes; “Presidente da Câmara acredita que o

Contas), que se atém especificamente ao estudo em vários eixos sobre o Poder Legislativo, entre os quais COSSON (2008) e RIBEIRO (2012).

¹¹ Representativa, legislativa, fiscalizadora/controladora, julgadora, político-parlamentares, de orientação política, comunicativa, informativa e educativa.

trabalho dos vereadores vai triplicar este ano”; “CMJP aprecia 3.660 matérias no primeiro semestre do ano”. Seja na crítica, seja na exaltação, os textos destacam a produção legislativa e se calam sobre fiscalização e as demais atribuições do parlamentar, porque uma ordem discursiva já está estabelecida: a necessidade de sistematizar – com critérios do modelo de econômico de produção – o trabalho dos legisladores.

O que quero deixar explícito é o questionamento do óbvio: será que produzir menos leis é tão ruim para o parlamento? Além, é claro, da honestidade e da transparência, o que a sociedade deve cobrar de seus representantes? O que é mais evidente é o fato de que cobrança quantitativa silencia outras possíveis cobranças relativas às atribuições dos legisladores.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, P. E. **O Discurso do Outro no Jornalismo Político Digital**. 120 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- BRASIL. Constituição (1988). Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais n^{os} 01/1992 a 80/2014.
- COELHO, 1967. **Estruturalismo**: Antologia de textos teóricos. Lisboa: Portugal, 1967.
- COSSON, R. **Escolas do Legislativo, Escolas de Democracia**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2008.
- DE NARDI, F. S. Foucault com Pêcheux: entre a estrutura e o acontecimento. In: GOMES, D.; SOUZA, P. **Foucault com outros nomes**: lugares da enunciação. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2009. p. 67-75.
- FERNANDES, C. A. **Análise do Discurso**: Reflexões Introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2007.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.
- _____. Retornar à História. In: **Ditos e Escritos II**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1972. p.282-295.
- _____. **A Ordem do discurso**. 5 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- GREGOLIN, M. do R. V. **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso**: diálogos e duelos. 2 ed. São Carlos: Claraluz, 2006
- JOÃO PESSOA. Lei Orgânica Municipal (1990). Texto promulgado em 02 de abril de 1990, com as alterações adotadas pelas Emendas à Lei Orgânica n^{os} 01/1991 a 19/2012.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. **L'Énonciation**: de la subjectivité dans le langage. Paris: A. Colin, 1980.
- LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 10 ed. São Paulo: Método, 2006.
- MORAES, A. **Direito Constitucional**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2008
- ORLANDI, E. P. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Campinas: Pontes, 2001
- PÊCHEUX, M. **O Discurso**: Estrutura ou Acontecimento. 6 ed. Campinas: Pontes, 2012.
- POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola, 2009.
- PORTAL CORREIO. 65% das matérias da Câmara de JP são irrelevantes. 08 jan. 2012. Disponível em <<http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/legislativo/2012/08/01/NWS,219056,7,301,POLITICA,2193-65%materias.aspx>>. Último acesso em 20 dez. 2012
- RIBEIRO, G. W. **Funcionamento do poder legislativo municipal**. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012.
- RODRIGUES, L. Produção da Câmara de João Pessoa cai 34%. 25 dez. 2012. Disponível em <http://portalcorreio.uol.com.br/politica/politica/legislativo/2012/12/25/NWS,218066,7>

[201,POLITICA,2193-PRODUCAO- CAMARA-JOAO-PESSOA.aspx](#) . Último acesso 03 mar. 2013.

SILVA, F. C. da C. *Controle social: reformando a administração para a sociedade*. São Paulo: Unacon, 2002.

SIRAQUE, V. *Controle social da função administrativa do Estado: possibilidades e limites na Constituição Federal de 1988*. São Paulo: Saraiva, 2009.

SOUSA, M. E. Desnaturalizando os discursos sobre a leitura. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2009. Anais do IV Congresso Internacional da Abralin. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. p. 2267-2271.

ANEXOS

Texto 1:

65% das matérias da Câmara de JP são irrelevantes

Pouco mais de 65% das matérias legislativas apresentadas na Câmara de Vereadores de João Pessoa são consideradas sem relevância, de acordo com estudo da ONG Transparência Brasil. Das 2.597 propostas, os parlamentares aproveitaram o ano de 2011 apresentando 1.692 homenagens, batismos, sessões solenes, entre outras matérias irrelevantes para a população da Capital.

A ONG divulgou o balanço da atuação dos vereadores de João Pessoa através da análise das matérias legislativas que todos apresentaram ao longo do ano de 2011.

São consideradas matérias sem relevância: homenagens a pessoas e instituições; batismos de logradouros, salas, etc; simbologia; cidades-símbolo; cidades-irmãs; pedidos de convocação de sessões solenes e especiais para comemorações e homenagens; datas comemorativas e criação de honrarias. Lidera o ranking de matérias mais sem relevância, o vereador Luiz Flávio (PSDB). Ele apresentou 54 propostas em 2011, das quais 50 foram consideradas irrelevantes. Foram 17 batismos, 32 homenagens e uma sessão solene. Enquanto isso, das quatro matérias relevantes, uma foi voltada para utilidade de interesse público, uma para a saúde, uma para idosos e aposentados e uma que ainda não foi classificada.

Depois de Luiz Flávio, o segundo com propostas mais sem relevância, foi o vereador Durval Ferreira (PP). Ele apresentou 244 propostas, sendo 215 sem relevância. Nas cinco piores posições ficaram ainda o vereador Dinho - PR (84,8% de matérias sem relevância); vereador Bosquinho - DEM (84,6% das matérias sem relevância) e Zezinho Botafogo - PSB (80,2% das propostas sem relevância).

O vereador Luiz Flávio disse que não concorda que a atividade dos parlamentares seja avaliada sob o ponto de vista matemático. "Admiro muito a ação da ONG quando faz esta previsão e acompanhamento. Acho importante. No entanto, acredito que a atividade do parlamentar não pode ser vista e avaliada do ponto de vista matemático, percentual. Afinal de contas, a atividade do parlamentar envolve as atividades na tribuna, nas comissões e as que o vereador faz no gabinete e em suas andanças", declarou.

Além disso, segundo ele, a avaliação pode se tornar simplista. "Dizer o que é relevante ou não também pode pecar por ser um pouco simplista. Posso dizer que estar nas últimas colocações não nos incomoda, porque temos a consciência que temos feito uma atividade atuante, na defesa do mandato e na defesa dos interesses da população de João Pessoa", afirmou.

Luiz Flávio disse ainda não se sentir "injustiçado, porque não acredito que isso signifique que o parlamentar tenha maior ou menos atuação por conta de projetos que apresentou em maior ou menos quantidade", avaliou.

Parlamentares com mais ações

Apesar de estar entre os cinco com matérias mais sem relevância, Zezinho Botafogo foi o segundo que mais apresentou propostas em 2011. Foram 378 matérias, contra apenas 15, por exemplo, do vereador Jorge Camilo (PT), que foi o quarto com matérias mais importantes. Assim, apesar de estar na 17ª posição geral, ele apresentou 75 matérias relevantes. Ou seja, duas a mais que a segunda colocada, Raissa Lacerda (DEM).

O vereador Geraldo Amorim (PDT) foi quem apresentou mais propostas, independente de terem relevância ou não. Foram 418 matérias apresentadas ao longo de 2011. Além de Geraldo Amorim e de Zezinho Botafogo, os vereadores Tavinho Santos, (PTB) com 266; Durval Ferreira, com 244; Benilton Lucena (PT), com 223. Os que menos apresentaram propostas foram Jorge Camilo, com 15; Pastor Edmilson, com 20; João dos Santos, com 20; Felipe Leitão, com 24 e Fernando Milanez, com 37.

Fonte: Portal Correio (2012)

Texto 2:

Produção da Câmara de João Pessoa cai 34%

Parlamentares da Capital apresentaram 2.865 matérias em 2012 contra 4.370 no ano passado

Legislativo | Em 25/12/12 às 10h53, atualizado em 25/12/12 às 11h04 | Por Lays Rodrigues, do Jornal da Paraíba

A Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP) deve fechar o ano com uma produção legislativa 34% menor do que a do ano passado. Os parlamentares apresentaram este ano 2865 matérias, contra 4370 proposições em 2011. Foram, no total, 362 Projetos de Lei Ordinária, 2314 requerimentos, quatro projetos de resolução, 15 projetos de Lei Complementar, 73 decretos legislativos, 30 matérias de indicação, dois projetos de emenda à lei orgânica, sete medidas provisórias e 58 vetos, em 2012.

No ano passado, os vereadores apresentaram 600 Projetos de Lei Ordinária, 3554 requerimentos, 24 projetos de resolução, 16 de Lei Complementar, 91 decretos legislativos, 42 projetos de indicação, quatro matérias de emenda à lei orgânica, duas medidas provisórias e 37 vetos.

O presidente da Casa, Durval Ferreira (PP), acredita que a produção legislativa vai aumentar até o fim desta semana. "Estão previstas as votações da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2013, mais de 50 Projetos de Lei Ordinária, dez mensagens do Executivo municipal e três planos de cargos, carreira e salários entre amanhã e a próxima quinta-feira na Câmara", explicou.

Para ele, a CMJP conseguiu cumprir o seu papel. "Poucos dias antes da eleição de 7 de outubro, a Casa ainda estava promovendo grandes debates, em sessões extraordinárias e audiências públicas. A produção caiu pouco, por causa do ano eleitoral, mas não foi uma queda significativa. Apresentamos bons requerimentos, projetos de lei e inauguramos serviços, como a TV Câmara em canal aberto. Foi um ano bastante positivo", ressaltou.

De acordo com os dados do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL), que funciona no site da Câmara Municipal, os dez parlamentares que mais apresentaram matérias este ano, entre Projetos de Lei Ordinária, requerimentos e Projetos de Indicação, foram Zezinho Botafogo (PSB), com 368 proposições, Geraldo Amorim (PDT), 354, Benilton Lucena (PT), 218, Raissa Lacerda (PSD), 182, Raoni Mendes (PDT), 172, Ronivon Ramalho (PMDB), 170, João Corujinha (PSDC), 170, Durval Ferreira (PP), 153, e Valdir Dowsley (PRP), 128.

Já os vereadores que tiveram as 'menores' produções legislativas no ano foram Pastor Edmilson (PRB), com 21 proposições, Sandra Marrocos (PSB), 38, Fernando Milanez (PMDB), 42, Luis Flávio (PSDB), 44, e Pedro Coutinho (PTB), 45. Levando em conta apenas os Projetos de Lei Ordinária, o vereador Zezinho Botafogo ainda 'figura' como o que apresentou mais matérias, com 39 projetos de lei. Depois dele, vêm Bruno Farias, com 37 matérias, Tavinho Santos, 34 projetos, Benilton Lucena, 30, Marcos Vinícius, 29, e Bira Pereira, 19.

Leia a matéria completa no Jornal Correio da Paraíba.

Fonte: Rodrigues (2012)